



628
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

**Embargos de Declaração nos autos do Reexame Necessário/Apeleção de nº 0303554-1 (NPU/
nº 0001547-50.2012.8.17.0990)**

Embargante: Itapicuru Agro Industrial S/A

Embargado: Município de Olinda

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO. DESAPROPRIAÇÃO. INDENIZAÇÃO JUSTA COM BASE NO LAUDO PERICIAL JUDICIAL. RESPOSTAS A TODOS OS QUESITOS FORMULADOS PELAS PARTES. PERÍCIA JUDICIAL FUNDAMENTADA. LAUDO ELABORADO POR PROFISSIONAL HABILITADO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Os questionamentos ao laudo pericial (513/515) foram devidamente esclarecidos (fls. 518/535) por escrito, mesmo não tendo, o expropriado, feito este requerimento expressamente. Tal se deu por determinação do Magistrado *a quo*, a fim de evitar qualquer prejuízo às partes. Assim, tendo sido os quesitos devidamente respondidos, ao contrário do que alega o expropriado, não há que se falar em prejuízo às partes.

2 - A instrução processual, nesse caso, foi feita com perfeição, tendo sido produzidas todas as provas imprescindíveis ao deslinde da controvérsia e rechaçadas as meramente inúteis e protelatórias.

3 - Sendo o Magistrado o destinatário das provas, é dele a prerrogativa de saber se o feito está apto ou não para julgamento.

4 - Não há nenhum dos vícios que ensejam a interposição de Embargos. Em verdade, nota-se que o embargante está pretendendo apenas rediscutir a questão, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios.

5 - A questão em tela foi devidamente enfrentada e os fundamentos utilizados na decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado.



629

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

6 - Não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, não servindo, os aclaratórios, como meio hábil para rediscussão de matéria.

7 - O julgador não está adstrito a analisar todos os argumentos levantados pelo embargante, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão. Precedentes do STJ.

8 - Não se viabiliza por meio de Embargos de Declaração o pré-questionamento explícito de dispositivos constitucionais e infraconstitucionais para a abertura da via extraordinária e especial, sob o risco de incorrer em usurpação de competência.

9 - Embargos de Declaração rejeitados.

10 - Decisão Unânime. /

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nos autos do Reexame Necessário/Apeleção nº 0303554-1 (NPU nº 0001547-50.2012.8.17.0990), em que figura como partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



630
v

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração nos autos do Reexame Necessário/Apeleção de nº 0303554-1 (NPU nº 0001547-50.2012.8.17.0990)

Embargante: Itapicuru Agro Industrial S/A

Embargado: Município de Olinda

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que negou provimento ao Reexame Necessário de nº 0303554-1, e julgou prejudicado o apelo interposto pelo ora embargante, para manter a sentença que julgou procedente em parte o pedido inicial formulado pelo Município embargado, nos autos da Ação de Desapropriação, para declarar incorporado ao patrimônio do expropriante a área descrita no Decreto nº 347/2009, e condenar a Municipalidade ao pagamento de indenização em favor dos expropriados, na quantia encontrada na Perícia Judicial, no importe de R\$ 5.514.256,46 (cinco milhões, quinhentos e quatorze mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos).

Sustenta o embargante que a decisão fustigada é omissa, pois deixou de se pronunciar a respeito da ausência de resposta do Perito quanto ao quesito de número quinze (fl. 530), e que tal questão era imprescindível ao Juízo de convencimento do Magistrado *a quo*.

Além disso, diz que a sentença deve ser anulada, porquanto a ausência de resposta do Perito judicial sobre todos os questionamentos feitos, bem como a não realização de audiência de instrução e julgamento, decerto, cerceou o seu direito de defesa.

Além disso, aduz que os presentes embargos tem o fito de provocar o pré-questionamento do artigo 5º, incisos LIV, XXIV e LV da Constituição Federal e dos artigos 131, 432, 435, 452, 426 e 515 do Código de Processo Civil.

Pugna, ao final, pelo acolhimento deste Recurso, para sanar as omissões, obscuridades e contradições apontadas, bem como sejam conhecidos e providos os presentes embargos de declaração, concedendo efeitos infringentes para reformar o acórdão vergastado e, sucessivamente, seja pré-questionada a matéria.

É o relatório.

Recife, 24 de 03 de 2013.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração nos autos do Reexame Necessário/Apeleção de nº 0303554-1 (NPU nº 0001547-50.2012.8.17.0990)

Embargante: Itapicuru Agro Industrial S/A

Embargado: Município de Olinda

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Nada há a ser declarado ou aclarado, em relação ao acórdão embargado. Com efeito, o Reexame Necessário/Apeleção foi desprovido por esta Câmara de Direito Público, à unanimidade de Votos, restando o acórdão lavrado nos seguintes termos:

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO AO DIREITO DE DEFESA. JUIZ É O DESTINATÁRIO DAS PROVAS. RESPOSTAS A TODOS OS QUESITOS FORMULADOS PELAS PARTES. PRELIMINAR REJEITADA. PERÍCIA JUDICIAL FUNDAMENTADA. LAUDO ELABORADO POR PROFISSIONAL HABILITADO. INDENIZAÇÃO JUSTA COM BASE NO LAUDO PERICIAL JUDICIAL. REEXAME NECESSÁRIO DESPROVIDO. APELO PREJUDICADO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Os questionamentos ao laudo pericial (513/515) foram devidamente esclarecidos (fls. 518/535) por escrito, mesmo sem que o expropriado fizesse este requerimento expressamente. Tal se deu por determinação do Magistrado a quo, a fim de evitar qualquer prejuízo às partes. Assim, tendo sido os quesitos devidamente respondidos, ao contrário do que alega o expropriado, não há que se falar em prejuízo às partes.

2 - A instrução processual, nesse caso, foi feita com perfeição, tendo sido produzidas todas as provas imprescindíveis ao deslinde da controvérsia e rechaçadas as meramente inúteis e protelatórias.

3 - Sendo o Magistrado o destinatário das provas, é dele a prerrogativa de saber se o feito está apto ou não para julgamento.

4 - O cerne do recurso diz respeito à desapropriação de uma área de 16.551,60 m², localizado no Município de Olinda, por ter sido considerada de utilidade pública, para destinar-se à implantação do Campus do IFPE – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Pernambuco, bem como o pagamento correspondente à indenização em benefício do expropriado.

5 – Diante da apresentação, pelas partes, de valores tão distintos, o Magistrado nomeou, acertadamente, como Perito, profissional habilitado (Engenheiro Civil, devidamente inscrito no CREA) para realizar uma avaliação Judicial (fls. 151/153), bem como



632
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

determinou a intimação das partes para indicarem seus assistentes técnicos e apresentarem quesitos.

6 - O laudo pericial judicial (fls. 452/487), além de ter sido bastante consistente, respondeu aos quesitos das partes (fls. 479/486). Tal laudo, aliás, está bastante fundamentado, trazendo informações minuciosas a respeito da área a ser expropriada e do valor a ela atribuído. Ademais, os cálculos apresentados aparentam ser bastante condizentes com o tamanho e localização do terreno a ser expropriado, ao contrário dos valores atribuídos pelas partes, irrisório em relação ao Município e exorbitante em relação ao expropriado.

7 - Agiu com acerto o Juiz sentenciante, ao atribuir à área expropriada o valor descrito no laudo pericial judicial, no importe de R\$ 5.514.256,46 (cinco milhões, quinhentos e quatorze mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos), mormente porque demonstra ser justo e dentro dos parâmetros da razoabilidade.

8 - Reexame necessário desprovido.

9 - Apelo prejudicado.

10 - Decisão unânime.

Como se verifica, inexistente contradição, obscuridade, erro material ou omissão na decisão. Ao contrário, o acórdão esgotou a matéria, havendo o devido enfrentamento de todos os pontos, inclusive legais, sobre os quais o embargante está a buscar esclarecimento.

O julgado explica o porquê, neste caso, adotou-se o Laudo Pericial Judicial para a apuração do valor do imóvel a ser desapropriado, bem como o quanto ele satisfaz os esclarecimentos requeridos pelas partes, não havendo qualquer omissão quanto a isso.

A questão de número quinze (fl. 530) foi devidamente esclarecida, tanto no item 7.0 do Laudo Pericial (fl.466), quanto na resposta à questão de número treze (fl.518), nada mais havendo o que esclarecer pelo Perito. Ademais, a resposta a esta questão de número 15 (quinze) em nada modificaria a apuração do *quantum* indenizatório.

Como dito no julgamento do Reexame Necessário, a instrução processual "*foi feita com perfeição, tendo sido produzidas todas as provas imprescindíveis ao deslinde da controvérsia e rechaçadas as meramente inúteis e protelatórias.*"

Com efeito, decisão judicial não é resposta a questionário, tampouco à consulta. Não há lógica e é antieconômico se exigir que sejam abordados todos e quaisquer argumentos ou normas legais, com que litigam as partes no transcorrer do feito, se o órgão julgador já encontrou a motivação necessária para alicerçar o *decisum*.

Uma vez fundamentada a decisão tomada em certo sentido, lógica e automaticamente consideram-se afastadas teses, normas ou argumentos lançados em sentidos diversos.

Erik



637
v

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Ao julgador, portanto, compete fundamentar sua decisão, dizendo porque decidiu de determinada forma e não justificar porque não decidiu de outra.

Registre-se, ainda, que a interpretação do julgado é ônus da condição de parte.

Assim, não é possível, na via estreita dos embargos de declaração, revisar-se a decisão embargada. Igualmente, não é cabível a sua modificação, com alteração de sua substância ou sentido, exceto em situações excepcionabilíssimas, o que não se verifica no caso.

Nesse sentido:

STJ: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. LEI N. 11.907/09. GAE. INCORPORAÇÃO AO VENCIMENTO BÁSICO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas não configuram as hipóteses de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no art. 535 do CPC. 2. A rediscussão, via embargos de declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do decisor, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar. 3. Embargos de declaração rejeitados. EDcl no REsp 1343065 / PR. Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES. DJe 02/04/2013.

TJPE: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO IMPROVIDO. *1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não considerando vulnerados os dispostos explicitados. ED 276467-4/02. Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 04/10/2012.*

No que tange ao pedido de prequestionamento a respeito do artigo 5º, incisos LIV, XXIV e LV da Constituição Federal e dos artigos 131, 432, 435, 452, 426 e 515 do Código de Processo Civil, cabe esclarecer que, ante a inocorrência de qualquer vício que enseje a interposição de Embargos Declaratórios, mesmo havendo o requerimento de prequestionamento explícito da matéria, os embargos não merecem ser acolhidos, sob pena de contrariar o disposto no art. 535 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido é o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça, acerca da matéria, conforme se infere da transcrição abaixo:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. *1. Haja vista que não se encontra refletida a alegada omissão no acórdão embargado, não devem ser acolhidos os embargos declaratórios opostos,*



634

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

mesmo que para fins de prequestionamento. 2. Embargos conhecidos e rejeitados. 3. Decisão unânime." (TJPE - Embargos de Declaração nº 45721-6/01. Rel. Fernando Cerqueira. 7ª Câmara Cível - 21/11/2006)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECLAMAÇÃO. PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Não sendo possível identificar no acórdão embargado vício algum ensejador dos aclaratórios (omissão, contradição ou obscuridade), a rejeição dos embargos é solução que se impõe. 2. O órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre aqueles considerados suficientes para fundamentar a decisão. 3. A via dos embargos declaratórios não se presta para a rediscussão dos fundamentos da decisão embargada. 4. "Não se prestam os embargos de declaração ao prequestionamento de matéria constitucional, para fins de eventual recurso extraordinário ao STF" (STJ - EDcl no RMS 18.240/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ 31.08.2006).

5. Embargos de declaração rejeitados.

(STJ - EDcl no AgRg na Rcl 2792 / DF EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO 2008/0077449-0; Relator Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS) (8155); S2 - SEGUNDA SEÇÃO; Julgado em 09/12/2009; DJe 18/12/2009).

Desta feita, não evidenciadas as hipóteses do artigo 535 do Código de Processo Civil, não há como se acolher os embargos de declaração, pois, mesmo os chamados embargos de declaração, para fins de prequestionamento, encontram seus limites na norma do aludido dispositivo legal.

Por tais razões, voto no sentido de rejeitar os embargos declaratórios.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator